



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.ª SL

Aos 26 dias do mês de junho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 172 e 173, relativas a 12 e 19 de junho;*
3. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 2190/XIII/4.ª (BE) sobre o «Alargamento da disponibilização gratuita da terapêutica com sistema de perfusão contínua de insulina a indivíduos maiores de 18 anos» e do Projeto de Resolução n.º 2211/XIII/4.ª (PCP) que «Recomenda ao Governo que alargue a participação do sistema de perfusão contínua de insulina (SPCI) para controlo da Diabetes Mellitus para os maiores de 18anos»;*
4. *Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório de 2017 sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convenionados, no âmbito do sistema de saúde» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira;*
5. *Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Conselho Diretivo da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) «a propósito do encerramento dos serviços de urgência de 4 hospitais da região de Lisboa durante o período de verão»;*
6. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição da ARS Lisboa e Vale do Tejo, dos diretores de obstetrícia da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Santa Maria, do Hospital de S. Francisco Xavier e do Hospital Fernando da Fonseca e da Ministra da Saúde «sobre o possível encerramento rotativo das urgências de obstetrícia na região de Lisboa»;*
7. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, do Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e do Bastonário da Ordem dos Médicos, sobre o encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, num esquema de rotatividade, da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Santa Maria, do Hospital de São Francisco de Xavier e do Hospital Amadora-Sintra;*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.ª SL

8. Outros assuntos.

10:30 *Audição do Instituto Português de Oncologia de Lisboa (IPO), requerida pelo PSD, «a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos»;*

1. Informações

O Presidente deu conta de terem baixado à Comissão, na generalidade, os PJs n.ºs 1229/XIII/4.ª e 1230/XIII/4.ª, ambos do PCP, sobre dispensa de medicamentos anti psicóticos e a cidadãos maiores de 65 anos, que foram distribuídos ao CDS-PP para parecer. O PJL n.º 1231/XIII/4.ª, também do PCP, sobre taxas moderadoras, que baixou igualmente na generalidade, foi distribuído ao PEV para efeitos de elaboração de parecer. Baixou na especialidade o PJL n.º 1221/XIII/4.ª, do BE, sobre a dispensa de taxas moderadoras, tendo sido consensualizado que o processo legislativo correria em Comissão. Foi fixado prazo até dia 28 de junho, para apresentação de propostas de audições ou pedidos de parecer.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 172 e 173, relativas a 12 e 19 de junho

As atas n.ºs 172 e 173, de 12 e 19 de junho, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2190/XIII/4.ª (BE) sobre o «Alargamento da disponibilização gratuita da terapêutica com sistema de perfusão contínua de insulina a indivíduos maiores de 18 anos» e do Projeto de Resolução n.º 2211/XIII/4.ª (PCP) que «Recomenda ao Governo que alargue a comparticipação do sistema de perfusão contínua de insulina (SPCI) para controlo da Diabetes Mellitus para os maiores de 18anos»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 2190/XIII/4.ª, referindo que este se segue a outros projetos relativos à mesma matéria e explicando as características da diabetes, doença crónica muitas vezes diagnosticada em idades precoces, que causa muitos problemas de saúde e cujo controlo obriga a várias picadas para medição e também a injeções diárias de insulina. Os dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina (SPCI) promovem uma melhoria considerável da qualidade de vida dos diabéticos, permitindo um maior controlo e mais segurança na gestão da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.ª SL

doença, e estão hoje disponíveis nas condições fixadas no despacho n.º 13277/2016, publicado a 7 de novembro, que prevê que até final de 2019 sejam abrangidos utentes até aos 18 anos. O BE vem agora recomendar que se alargue a atribuição gratuita destes dispositivos a indivíduos com mais de 18 anos, que tenham indicação médica para tal.

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 2211/XIII/4.ª, salientando que este PJR vem na senda do trabalho realizado pelo PCP nesta área. Referiu alguns dados sobre a diabetes, que tem uma elevada prevalência na população portuguesa, com complicações crónicas associadas. Atualmente é assegurada a total comparticipação das bombas de insulina para jovens até aos 18 anos, que são a resposta de saúde adequada a este problema, recomendando o PCP ao Governo que se avalie o alargamento da comparticipação aos maiores de 18 anos, que reúnam os critérios clínicos indispensáveis ao uso deste mecanismo de administração, e que se reforce a verba para comparticipação do SPCI, para que se possa efetivamente proceder a este alargamento.

O Deputado José António Silva disse que os dois projetos de resolução se complementam e têm por objetivo alargar a utilização do SPCI a todos, uma vez que atualmente é só até aos 18 anos. Entende que é uma questão que merece ser considerada, pois existem muitos diabéticos idosos para quem as injeções são problemáticas, razões pelas quais apoia os PJR.

O Deputado João Marques referiu que o acesso ao tratamento com SPCI consta do Programa Nacional da Diabetes desde 2017 e tem vindo a ser alargado progressivamente, havendo um entendimento, por parte da DGS, de que deve ser alargado até aos 21 anos. Os PJRs são positivos, mas carecem de ponderação técnica pela DGS, por isso o PS manifesta alguma reserva e está ainda a ponderar a situação.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que hoje ninguém tem dúvidas sobre a mais-valia do SPCI para os jovens, lamentando que, na prática, se coloquem algumas dificuldades no acesso ao difusor. O CDS-PP acompanha assim os projetos de resolução com vista a este alargamento.

A Deputada Carla Cruz chamou a atenção para a contradição na posição do PS, que diz que a DGS defende o alargamento até aos 21 anos, por isso reconhece as vantagens na utilização do SPCI, mas depois considera que um maior alargamento



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.º SL

carece de fundamento técnico. Saliu que o PCP, no seu PJR, propõe o alargamento desde que estejam reunidos os critérios clínicos, sendo sempre os médicos a decidir.

O Deputado Moisés Ferreira acrescentou que o balanço que é feito da utilização do SPCI até aos 18 anos é positivo porque reduz os problemas associados. No seu entendimento a questão não é técnica, é antes a de saber se há vontade política para fazer este alargamento.

Concluída a discussão destes projetos de resolução, a respetiva informação será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

4. Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório de 2017 sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convencionados, no âmbito do sistema de saúde» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a próxima reunião.

5. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Conselho Diretivo da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) «a propósito do encerramento dos serviços de urgência de 4 hospitais da região de Lisboa durante o período de verão»

6. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição da ARS Lisboa e Vale do Tejo, dos diretores de obstetrícia da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Santa Maria, do Hospital de S. Francisco Xavier e do Hospital Fernando da Fonseca e da Ministra da Saúde «sobre o possível encerramento rotativo das urgências de obstetrícia na região de Lisboa»

7. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, do Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e do Bastonário da Ordem dos Médicos, sobre o encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, num esquema de rotatividade, da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Santa Maria, do Hospital de São Francisco de Xavier e do Hospital Amadora-Sintra



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.º SL

A discussão destes requerimentos foi feita em conjunto, dado versarem a mesma matéria.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento do PCP, que solicita a audição do Conselho Diretivo da ARSLVT, sobre a questão do encerramento dos serviços de urgência de 4 hospitais da região de Lisboa, durante o verão, por falta de médicos especialistas e anestesistas.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, a solicitar as audições da ARSLVT, dos diretores de obstetrícia da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Santa Maria, do Hospital de S. Francisco Xavier e do Hospital Fernando da Fonseca e da Ministra da Saúde, sobre o encerramento rotativo das urgências de obstetrícia na região de Lisboa, perguntando que medidas estão a ser consideradas, porque a rotatividade não é solução, sendo necessário contratar mais profissionais.

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD a solicitar audição da Ministra da Saúde, do Presidente da ARSLVT e do Bastonário da Ordem dos Médicos, sobre o encerramento rotativo das urgências de obstetrícia durante o verão, dizendo que a Ministra da Saúde tem negado o problema, considerando o PSD que se trata de uma incapacidade de organização e planeamento no SNS, que não é aceitável.

O Deputado João Marques frisou que há hoje mais profissionais de saúde no SNS e que este problema em concreto relativo às maternidades carece de análise. De qualquer forma não se trata de fechar, mas reorganizar e planear, para assegurar uma prestação de cuidados de saúde em segurança.

A Deputada Isabel Galriça Neto salientou que o CDS-PP tem denunciado este padrão do Governo, que diz que há mais investimento, mas tal não se verifica. Mais do que o número de profissionais importa o número de horas assistenciais, Apoia os três requerimentos, mas considera que será difícil poder realizar todas as audições, devendo ser definidas prioridades, e a prioridade, em seu entender, é ouvir a Ministra.

A Deputada Carla Cruz disse não prescindir de ouvir a ARSLVT, antes da Ministra, e o Deputado Ricardo Baptista Leite disse o mesmo em relação ao Bastonário da Ordem dos Médicos.

Os três requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. O Presidente referiu que estão pendentes muitas audições e que irá diligenciar no sentido de proceder aos agendamentos possíveis.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.ª SL

A gravação áudio da reunião pode ser acedida neste [link](#).

10:30 Audição do Instituto Português de Oncologia de Lisboa (IPO), requerida pelo PSD, «a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos»

O Presidente cumprimentou o Presidente do IPO de Lisboa, João Oliveira, e os elementos que o acompanhavam, o Diretor Clínico, João Freire e o Diretor do Serviço de Anatomia Patológica, José Cabeçadas. Deu de seguida a palavra ao Deputado Cristóvão Norte para apresentar o [requerimento do PSD](#).

O Deputado Cristóvão Norte referiu os objetivos desta audição e colocou um conjunto de questões relativamente a saber, designadamente, quais as razões porque foi devolvido o exame do doente que veio a falecer, como funcionava o protocolo com a empresa farmacêutica, que razões estão na base do que aconteceu, se existiram mais casos de devolução de exames e se foram tomadas medidas para que tal não volte a acontecer.

A Deputada Eurídice Pereira frisou que considera o IPO um hospital de referência, porque inspira confiança, quer nos seus profissionais, quer nas terapêuticas, perguntando se este caso enferrou de excesso de burocracia, o que aconteceu ao certo, e porquê, e se foram tomadas medidas para que não se repita.

O Deputado Moisés Ferreira disse saber que o IPO, aquando dos acontecimentos, se comprometeu a fazer averiguações, perguntando se já sabe o que aconteceu, como funcionava o protocolo que existia com a empresa farmacêutica, se foi o ter terminado que provocou a situação que ocorreu e se aconteceu outras vezes.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse ser fundamental haver uma clarificação sobre o que aconteceu, conhecer os contornos e saber se foram tomadas medidas para que se não repitam estas situações. Reconhece o empenho dos profissionais do IPO.

A Deputada Carla Cruz saudou também o empenho dos profissionais do IPO, formulando de seguida perguntas sobre se foi caso único ou aconteceram outros, se já foi concluída a averiguação interna no IPO, se a situação ocorreu só com o Hospital do Algarve ou também com outros hospitais e o que está a ser feito para que se não repita.

O Dr. João Oliveira prestou os esclarecimentos solicitados, agradecendo esta oportunidade para desfazer equívocos. Explicou como funcionava o protocolo e



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.º SL

porque terminou, informou que não houve qualquer motivação financeira nos procedimentos, que tiveram antes que ver com procedimentos técnicos que visam garantir segurança e qualidade nos exames efetuados. Assegurou que nenhum doente é recusado e que ninguém lhe pergunta pelo termo de responsabilidade. Não tem noção de outros casos noutros hospitais.

O Dr. José Cabeçadas falou da relação do IPO com a empresa que patrocinou os testes, e também do caso concreto deste doente, sendo certo que os acontecimentos não tiveram influência na sua situação clínica. Poderá ter havido ingenuidade do IPO ao pensar que o termo de responsabilidade seria um procedimento simples, como acontece no IPO, sendo que este Instituto o vê como uma garantia da segurança do exame. Não identificaram mais casos.

Na 2.ª ronda usaram da palavra, para comentar e pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Cristóvão Norte, Eurídice Pereira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Dr. João Oliveira respondeu, respostas que foram complementadas pelo Dr. José Cabeçadas.

O Presidente agradeceu a vinda à Comissão do Presidente do IPO e da sua equipa, bem como os esclarecimentos prestados.

A gravação desta audição pode ser acedida neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 junho 2019.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 174/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Jamila Madeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Catarina Marcelino
Fátima Ramos
Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Vales

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Maria Antónia de Almeida Santos
Teresa Caeiro